

HISTORICIDADE BÍBLICA

BIBLICAL HISTORICITY

Me. Pe. Carlito Bernardes⁴³

RESUMO

Diversos documentos da Igreja Católica saíram em resposta à questão historicista no debate proposto a partir do século XVIII. Contudo, os referidos documentos não tiveram a pretensão de definir o que se entende por “história”, apresentam a Bíblia como histórica e como verdade, mas não adentram na questão terminológica. A forma que se define “história” se compreende a historicidade bíblica. Este artigo, sem pretensão de esgotar o tema, vem considerar a questão historicista da Bíblia partindo da realidade da compreensão de “história” na atualidade. O fato de equipararmos história à verdade factual gera consequências céticas na perspectiva bíblica mostrando que, apesar do debate já ter sido caducado, ainda continua atual uma resposta adequada e equilibrada à questão.

Palavras chaves: História; Bíblia; objetividade; subjetividade; verdade.

ABSTRACT

The various documents of the Catholic Church came out in response to the historicist question in the proposed debate from the 18th century onwards. However, these documents did not intend to define what is meant by “history”, they present the Bible as historical and as truth, but do not enter into the terminological issue. The way in which “history” is defined is understood as biblical historicity. This article, without intending to exhaust the theme, comes to consider the historicist question of the Bible starting from the reality of the understanding of “history” today. The fact that we equate history with factual truth generates skeptical consequences from the biblical perspective, showing that, despite the fact that the debate has already expired, an adequate and balanced answer to the question is still current.

Keywords: History; Bible; objectivity; subjectivity; truth.

INTRODUÇÃO

O tema sobre a historicidade bíblica já saiu de moda na atualidade nos grandes debates universitários. A Igreja, nos seus diversos documentos, já respondeu à questão historicista.

⁴³ Mestre em Teologia Bíblica pela Universidad de Navarra – Espanha, doutorando em Teologia Bíblica pela Pontificia Universidade Católica da Argentina, coordenador do Curso de Teologia da Faculdade Católica de Anápolis e professor de Sagrada Escritura na PUC – Goiás.

Contudo, o tema ainda suscita debate e o conceito de “história” joga um papel importante dentro da historicidade bíblica. É necessário entendermos o que se compreende por “histórico” e o desenvolvimento conceitual dentro da historiografia. Na atualidade, um relato histórico vem a ser a narração do fato da maneira que aconteceu, é a aproximação à realidade narrada, quanto mais a narração se identifica com o fato, mais histórico ele se torna. A historiografia busca se adequar cada vez mais à realidade partindo de diversos relatos para apresentar a veracidade dos fatos, podendo a narração ser complementada ou extirpada dependendo das verificações ao longo do tempo da realidade factual. A questão é que, quem narra sempre apresenta o seu ponto de vista, inclui sua cultura, apropriada de um linguajar específico que talvez possa interferir na representação da realidade dentro da narrativa. Entretanto, o modo de narrar e a perspectiva ressaltada nas formas não deturpam o caráter de verdade da realidade narrada, pode incrementar ou manifestar um ponto de vista diferente, pessoal ou comunitário. Principalmente no âmbito bíblico, a objetividade do fato narrado sempre leva em consideração a subjetividade do hagiógrafo que tem fé. Assim, a história bíblica não será uma reprodução fotográfica da realidade passada, mas uma verdade transmitida com objetivo de ser revelação para nossa salvação.

A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Nos séculos XVIII-XIX a perspectiva histórica ganha um significado crítico mais apurado, o cientificismo positivista faz com que a narrativa dos acontecimentos deva passar pelo crivo da razão lógica, seja depurada pelos fatores extras e peneirada a subjetividade do autor para, assim, encontrar a objetividade, veracidade e a realidade do fato narrado⁴⁴. Esta perspectiva científica inaugura uma historiografia básica que tenta encontrar o fato em si, o acontecimento que vai além do narrado, a realidade própria do evento, gerando um verdadeiro paradigma entre objetividade e narratividade⁴⁵.

⁴⁴ “Basta lembrar que toda produção acadêmica desde Ranke, quando a história surgiu como disciplina acadêmica na Alemanha e logo por todo Ocidente e imediatamente no Japão Meiji, foi concebida sobre os ideais da objetividade científica, da neutralidade axiológica, do método crítico, do amparo às fontes quando na prática toda essa mesma produção...” – MALERBA, Jurandir, 2009, p. 15.

⁴⁵ O termo “narratividade” pode ser entendido como “conjunto das características que fazem de um texto um relato, diferentemente do discurso ou da descrição” (cfr. MARGUERAT, D. & BOURQUIN, Y. *Per leggere i raccontibiblici* – La Bibbia si racconta. Iniziazione all’analisi narrativa. Roma: Borla, 2011, p. 9.). Também sobre

Pode-se considerar que a criticidade própria da ciência tem suas raízes no racionalismo cartesiano, em que o ceticismo vira o ponto inicial de um conhecimento objetivo. A dúvida se torna o pressuposto inicial de uma reflexão mais profunda que tenta encontrar a objetividade do fato em detrimento da subjetividade de quem narra, gerando uma “necessidade incontrolável da crítica” (MALERBA, 2006, p. 17). Uma crítica que tem por finalidade depurar o conhecimento através de uma metodologia própria para descobrir a realidade factual. Desta forma, o cientificismo histórico, a princípio, não se interessa tanto pelo sujeito que conta o fato, mas busca subtrair o sujeito da narração e confrontar o fato com questões extras (como cultura, lugar, épocas e outros relatos) para apresentar a realidade objetiva despojada da completa subjetividade.

Para Reinhart Koselleck, a historiografia alude tanto ao acontecimento (Geschichte, em seu sentido original) e à experiência passada, quanto ao relato do acontecimento - Historie. (KOSELLECK, 2006). Dentre os pensadores alemães, se começa a separar o fato narrado do sujeito que narra para chegar à objetividade negando a subjetividade histórica. Para o autor, também alemão, Jörn Rüsen, a historiografia seria o produto do conhecimento histórico obtido racionalmente, ou seja, obedecendo as regras metodológicas e de cognição da história com pretensões de cientificidade (RÜSEN, 1996); para ele, as formas de apresentação do conhecimento histórico são fundamentos da ciência histórica, ou seja, a historiografia é “parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam na forma de um ‘saber redigido’” (RÜSEN, 2001, p. 46). Assim, a história será considerada como a “ciência do passado”⁴⁶, e como ciência, deverá utilizar de um método empírico para desassociar e separar, cada vez mais, o lado subjetivo do narrador para encontrar o “fato puro”.

Contudo, a historiografia como ciência foi superando esse preconceito contra os fatores subjetivos dentro da narração histórica, vencendo as barreiras do conhecimento factual e reconhecendo o papel decisivo do historiador que se coloca dentro da narração. Sem denegrir a objetividade dos fatos, o mundo de quem narra se encontra com o mundo narrado gerando uma narração que, nada mais é, que o diálogo simbiótico entre o evento e o

a complexidade do paradigma narrativista: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001, especialmente capítulo 4 (apêndice à edição brasileira), e “Narratividade e objetividade nas ciências históricas” In: *Revista Textos de História*, Brasília, v. 4, nº 1, 1996, do mesmo autor.

⁴⁶ Marc Bloch não gostava da ideia de que a “a história é a ciência do passado”, considerava absurdo a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da ciência”, propunha que definisse a história como “a ciência dos homens no tempo”, ressaltando o homem no social, a relação hermenêutica do “presente pelo passado” como do “passado pelo presente”, confirmando o caráter científico do trabalho histórico. Para Bloch a ciência não era a pura objetividade, mas o jogo inegociável entre o sujeito e o ato em si. (cfr. BLOCH Marc, 1949, pp. 32-33).

narrador⁴⁷. Jurandir Malerba e Manoel Guimarães afirmavam que a historiografia está intimamente ligada à subjetividade inevitável do conhecimento histórico – subjetividade essa que foi combatida por muito tempo por aqueles historiadores que acreditavam ser possível reproduzir o passado “tal como ele realmente aconteceu” (GUIMARÃES, 2007, p. 26). Por mais que a negação do mundo do sujeito dentro de uma narrativa tenha sido superada, a justaposição permanece, o estudo científico moderno-contemporâneo, através do método histórico-crítico, busca determinar o que é próprio do fato em si e o que é próprio do sujeito que narra, sua perspectiva, ponto de vista e interferência. O paradoxo, objetividade e subjetividade, dentro das narrações históricas compreende um verdadeiro mundo de significados que podem contribuir para melhor interpretar o passado, como também pode se tornar um obstáculo condicionando o real ao sujeito ou o narrador à realidade.

A HISTORIOGRAFIA MODERNA NA BÍBLIA

Este esforço científico dentro das narrativas históricas ganha diversos expoentes e adquire especial relevância no âmbito bíblico; agora, a Bíblia será analisada dentro das perspectivas histórico-críticas propostas pelo cientificismo moderno-contemporâneo e sua “história” estará em cheque segundo a proposta moderna. Colocar em dúvida a realidade em vista da subjetividade é menosprezar o fato transcendental da revelação e, ao mesmo tempo, negligenciar o acontecimento objetivo em prol apenas do sujeito que o interpreta, é considerar a Bíblia uma invenção. Contudo, compreender um pouco da história da historiografia ajuda a entender melhor o problema por detrás da historicidade bíblica pois, da forma em que se define “história”, se compreenderá a historicidade bíblica. Se definirmos “história” segundo a concepção positivista de um retrato do passado, em que através de uma metodologia se subtrai o sujeito da narrativa, a historicidade bíblica terá resultados bastante negativos e a sua veracidade será vista com desconfiança. Entretanto, se consideramos “história” como um encontro de mundos, valorizando tanto o fato como também a perspectiva do sujeito que narra, encontraremos a riqueza do texto em si e a veracidade da narração se torna possível pela fiabilidade tanto do sujeito que narra como também do fato que é narrado. Essa duplicidade de mundos dentro da narrativa bíblica ressalta a autoria própria da Bíblia,

⁴⁷ Como E.H. Carr notou, que a “história não trata nem do passado enquanto tal” nem, das “concepções do historiador enquanto tais”, mas da “inter-relação entre os dois aspectos”. (cfr. apud LE GOFF Jacques, 1990, p. 24).

apresentada por diversos concílios: tanto Deus é autor da Sagrada Escritura, como também o homem é autor da Sagrada Escritura; tanto Deus fala por meio dos acontecimentos, como também a perspectiva de quem percebe os acontecimentos reflete um sentido especial, segundo aquilo que Deus quer e dentro de um universo religioso específico.

A Exortação Apostólica pós-Sinodal *Verbum Domini*⁴⁸ apresenta a realidade divino-humana da Sagrada Escritura partindo do conceito-chave de inspiração:

Um conceito-chave para receber o texto sagrado como Palavra de Deus em palavras humanas é, sem dúvida, o de inspiração. [...] A Sagrada Escritura é Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito de Deus. Deste modo se reconhece toda a importância do autor humano que escreveu os textos inspirados e, ao mesmo tempo, do próprio Deus como verdadeiro autor (n. 19).

Segundo Flavio Dalla Vecchia, no século XVIII foi rompida “a coesão entre o significado literal dos relatos bíblicos e a sua referência a eventos concretos” (2019, p. 17.). A história passa a ser compreendida na sua autônoma sucessão factual e cronológica, e se passa a distinguir o mundo histórico real da descrição que a Bíblia apresenta, se levanta a dúvida e a suspeita sobre a veracidade do fato, pois se não é histórico, tampouco é verdade.

O ponto de partida da leitura moderna da Bíblia foi a reação à interpretação tradicional, a qual se baseava sobre o pressuposto de que os relatos bíblicos fizessem referência ou descrevessem eventos históricos efetivos; mas, ao mesmo tempo, reconhecia no tecido narrativo bíblico uma sequência não só temporal, mas também figurada ou tipológica que fazia emergir a unidade da história narrada e a sua relevância para a experiência de cada leitor (DALLA VECCHIA, 2019, p. 17).

A HISTÓRIA BÍBLICA

A “história” narrada na Bíblia adquire características próprias que a faz ser especial e única; não tem por objetivo ser um retrato do passado, mas se baseia na veracidade dos fatos narrados para ressaltar uma verdade que a transcende. Assim, o mundo de quem narra é

⁴⁸ VD em diante.

permeado de uma fé que interpreta os acontecimentos e a narração não tem por objetivo a reprodução do evento em si, mas a apresentação da transcendentalidade dos acontecimentos na vida do povo de Deus. O fato de interpretar desde uma visão de fé do narrador não significa que a realidade foi deturpada pela espiritualidade do sujeito, mas dá garantia mais perfeita da objetividade do acontecimento, pois a fé professada está alicerçada sobre a realidade narrada. A fé do hagiógrafo bíblico se torna determinante para a objetividade e veracidade bíblica. A própria cultura judaica expressa a veracidade de seus escritos por meio da união entre história e fé:

Os judeus estiveram demasiadamente preocupados com a verdade. O deus hebreu é um deus da verdade. Nenhum deus grego [...] é chamado de *alethinós*, verdadeiro. Se Deus é verdade, seus seguidores têm a obrigação de preservar um registro verdadeiro dos acontecimentos em que deus manifestou sua presença. Cada geração é obrigada a transmitir um relato verdadeiro do que aconteceu para a geração seguinte. A lembrança do passado é uma obrigação religiosa que era desconhecida para os gregos. Consequentemente, a confiabilidade em termos judeus coincide com a veracidade dos transmissores e com a verdade última do deus em que acreditam os transmissores [...]. Na historiografia hebraica a memória coletiva sobre os acontecimentos passados não poderia jamais ser verificada por meio de critérios objetivos [...]. Para o hebreu bíblico, a história e a religião eram uma única coisa (MOMIGLIANO, 2004, pp. 40-41).

A Bíblia, por ser um livro genuinamente judaico em suas raízes, adquire características próprias de uma história narrada por convicções religiosas. O Antigo Testamento, de maneira geral, apresenta em suas mais diversas facetas de gêneros literários a simbiose de história e fé nas narrativas bíblicas. Da mesma forma, o Novo Testamento dá continuidade a esse modo de narrar, até porque a grande maioria dos autores neotestamentários provém da cultura judaica (apenas Lucas provinha de uma cultura especificamente grega e seus relatos apresentam estilos de uma historiografia grega. São Paulo, nas suas cartas, possui uma estrutura helenística, mas a base de seu pensamento é judaica). Os textos bíblicos têm suas raízes no judaísmo e a forma de escrever e interpretar a história é a modelo semítico, por isso a necessidade de considerar no processo exegético o mundo judaico com todas as suas formas historiográficas⁴⁹.

Assim, a historicidade bíblica, da qual depende sua veracidade, está condicionada e determinada pela fé dos diversos autores que souberam, no decorrer do tempo, interpretar os

⁴⁹ A Pontifícia Comissão Bíblica de 2001 reconhece o valor das escrituras judaicas e de seus métodos historiográficos – *O povo judeu e suas escrituras sagradas na Bíblia cristã* (principalmente no n. 12).

fatos e dá-los a conhecer por meio das narrações bíblicas com o expreso objetivo religioso. A finalidade da historicidade bíblica não é retratar o fato tal qual, mas dar a conhecer o fato desde a óptica divina, desde o âmbito da fé. A presença de uma espiritualidade dentro de uma interpretação histórica não mingua a objetividade do fato, mas condiciona a veracidade da realidade à fé do sujeito que a narra. Na concepção bíblica, a história narrada tem por base a realidade factual, mas ao mesmo tempo considera a fé do narrador; e essa fé exige compromisso e responsabilidade com a realidade, pois aquilo que está sendo narrado, por mais que transcenda (de forma estrita ou ampla) a realidade, é a verdade do que Deus quis revelar aos homens. Em última instância, a veracidade e objetividade da historicidade bíblica é garantida pela fé do sujeito que narra, pois ele tem consciência e respeito, reverência e temor da sacralidade de colocar por escrito a história da salvação. Desta forma, se poderia dizer que a Bíblia é até mais histórica que os demais livros de história porque, enquanto a motivação por detrás dos historiadores é apenas o compromisso com a história em si, a motivação por detrás do hagiógrafo bíblico é a fé que o faz interpretar os acontecimentos mostrando a presença de Deus em todos os momentos. O compromisso de fé do narrador bíblico não o faz inventar a história, mas analisar os acontecimentos dando um sentido de fé a toda a realidade vivida; a fé garante a verdade dos fatos dentro da historicidade bíblica. Essa consciência de fé daqueles que entram em contato com a história sagrada garante, de modo profundo, a fidelidade àquilo que recebeu como revelação, buscando conservar na sua integridade a memória dos acontecimentos (Constituição Dogmática *Dei Verbum*⁵⁰, 7 e 18, falando de modo específico do Novo Testamento). Além da fé dos hagiógrafos, a graça de Deus outorgada a eles confere-lhes o dom de inspiração bíblica para que, “na posse das suas faculdades e capacidades [...], agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria” (DV, 11).

O DEBATE SOBRE O JESUS HISTÓRICO

A questão histórica e suas proposições científicistas tiveram grande repercussão principalmente no Novo Testamento com a pesquisa sobre o Jesus histórico; imbuídos do pensamento paradoxal historicista entre fato e relato, começam a desconfiar da realidade

⁵⁰ DV em diante.

narrada nos Evangelhos. A princípio, Reimarus, na sua “teoria da fraude objetiva”, separa a pregação de Jesus e a fé dos apóstolos no Cristo. Strauss procurou corrigir a noção de “fraude objetiva” de Reimarus introduzindo o conceito de mito nos relatos evangélicos; para ele, tudo que se referia a Jesus nos Evangelhos eram atribuições subjetivas da comunidade primitiva, mas não a verdade do fato. O mesmo Strauss dizia que todo o Evangelho de João era estruturado a partir de premissas teológicas e por isso seria de menos fiabilidade histórica que os demais sinóticos. Já Adolf von Harnack insistia que depois da morte de Jesus a comunidade cristã começou a dogmatizar o cristianismo e os relatos seriam invenções (cfr. COSTA, 2019, pp. 158-159). Contudo, a investigação sobre o Jesus histórico alcança maior fama com o teólogo alemão Rudolf Bultmann que tenta apresentar uma perspectiva mais positiva sobre o Jesus histórico, mas ainda permanece na dicotomia de fato e relato. Para Bultmann, os Evangelhos são confissões de fé, oferecem o Cristo enquanto pregado e não têm a intenção de fazer uma crônica da realidade; o mais importante na história não são os meros fatos que formam a *historisch*, mas a história enquanto cheia de sentido para o homem de hoje, a *geschichtlich* (cfr. SAYÉS, 2005, p. 25). A justaposição entre *historisch* e *geschichtlich* aplicada nos Evangelhos foi logo mais proposta na historiografia de Reinhart Koselleck (conforme já mencionado) deixando claro que o desenvolvimento de uma concepção historiográfica influencia em primeira mão na questão da historicidade bíblica.

A suspeita sobre a historicidade dos evangelhos levada às últimas consequências por Bultmann (e outros) fizeram com que a Igreja englobasse na Constituição dogmática Dei Verbum uma resposta à problemática afirmando a crença na devida historicidade dos quatro Evangelhos. Já antes, em 1964, a Pontifícia Comissão Bíblia⁵¹ emitiu um documento falando da historicidade Bíblica – *Instrução sobre a verdade histórica dos Evangelhos* (também chamado de *Sancta Mater Ecclesia*) – que declarava sobre os Evangelhos: tudo que ali está contido nos foi transmitido fielmente como verdade. Os autores evangélicos souberam escolher e transmitir, sintetizar e desenvolver por palavras e por escrito a verdade sobre Jesus Cristo, quer eles tenham visto ou ouvido porém, sempre com a intenção de narrar a verdade (que vai além do factual).

A santa mãe Igreja defendeu e defende firme e constantemente que estes quatro Evangelhos, cuja historicidade afirma sem hesitação, transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus durante a sua vida terrena,

⁵¹ PCB em diante.

realmente operou e ensinou para salvação eterna dos homens, até o dia em que subiu ao céu (cfr. Act. 1. 1-2). Na verdade, após a ascensão do Senhor, os Apóstolos transmitiram aos seus ouvintes, com aquela compreensão mais plena de que eles, instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e iluminados pelo Espírito de verdade gozavam, as coisas que Ele tinha dito e feito. Os autores sagrados porém, escreveram os quatro Evangelhos, escolhendo algumas coisas entre as muitas transmitidas por palavra ou por escrito, sintetizando umas, desenvolvendo outras, segundo o estado das igrejas, conservando, finalmente, o carácter de pregação, mas sempre de maneira a comunicar-nos coisas autênticas e verdadeiras acerca de Jesus. Com efeito, quer relatassem aquilo de que se lembravam e recordavam, quer se baseassem no testemunho daqueles que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da palavra, fizeram-no sempre com intenção de que conheçamos a verdade das coisas a respeito das quais fomos instruídos (cfr. Lc. 1, 2-4) (DV, 19).

A VERDADE DA HISTÓRIA BÍBLICA

A veracidade da Bíblia se relaciona especialmente com a historicidade, mas essa verdade vai além do factual, transcende o real, sobrenaturaliza o acontecimento. A história bíblica é na verdade uma “meta-história”, cujo objetivo principal é a transmissão da verdade recebida através dos acontecimentos e mediada pela percepção do hagiógrafo narrador. Cabe frisar que a Bíblia, com todos os seus relatos nos mais variados gêneros literários, serve como instrumento de revelação da verdade divina, não é em si revelação, mas instrumento da verdade contida nos relatos. Essa consideração permite ampliar os horizontes para nivelar os panoramas de veracidade e historicidade pois, por ser instrumento da revelação divina, a veracidade bíblica não será condicionada à historicidade e tampouco a historicidade seria determinante à veracidade. Como instrumentos da revelação, os relatos bíblicos terão como finalidade a verdade divina e a essa estará subordinada a história narrada, porém, esta expressará, mesmo de forma limitada, a verdade querida por Deus.

Historicidade bíblica está intimamente ligada à sua verdade, por ser histórico é verdade, mas uma verdade que transforma completamente o sentido de “história”, a finalidade dos hagiógrafos bíblicos é manifestar uma verdade que transcende a história factual. A verdade bíblica transforma os relatos bíblicos em “meta-históricos”, ou seja, não pretendem apenas mostrar a realidade, fazer história, mas explicar a verdade divina por detrás dos acontecimentos. Quando se trata de verdade bíblica se confronta muito com a verdade histórica e fica clara a discrepância entre ambas. Com as diversas descobertas no âmbito

arqueológico, filológico e histórico-críticos ressaltaram os limites de uma tentativa de correspondência entre ambas as “verdades” (cfr. PCB, 2014, 63). Entretanto, a verdade bíblica, por mais que tenha o fato histórico por base, não tem a pretensão de ser uma mera verdade histórica como um retrato da realidade narrada mas, por inspiração do Espírito Santo⁵², busca transmitir fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis colocar nas sagradas letras (cfr. DV, 11). A PCB de 2014 – A Inspiração e a verdade da Sagrada Escritura – explica o termo “para nossa salvação” apurando a “verdade bíblica” como uma “verdade salvífica” (n. 63). Assim, a história narrada nas Sagradas Escrituras é verdade enquanto tem como objetivo e finalidade a revelação divina para nossa salvação.

O sentido da expressão “a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas letras” é que os livros da Sagrada Escritura, com todas as suas partes, enquanto inspirados pelo Espírito Santo e por ter a Deus como autor, se propõem a comunicar a verdade enquanto esteja, esta, relacionada à nossa salvação, isso é de fato a finalidade pela qual Deus se revela (PCB, 2014, 63).

O caráter de revelação própria da Bíblia conecta entre si ações e palavras intimamente entrelaçadas que servem como instrumento da história salvífica. Enquanto os acontecimentos manifestam a realidade, por sua vez, esclarecem e explicam os mistérios ocultos nos fatos (cfr. DV, 2). A simbiose entre ações e palavras na história do povo de Israel expressam com clareza a pedagogia divina que, através de personagens e acontecimentos (cfr. DV, 3 e 14), guia o povo à plenitude da revelação que acontece em Jesus Cristo (cfr. DV, 4, 16 e 17). Por mais que as palavras e obras devidamente articuladas na revelação bíblica aconteçam num marco histórico, contudo, requer à fé, em última instância, o papel decisivo na aceitação do revelado como verdade. Mesmo que a história humana expresse nos acontecimentos os desígnios divinos, sua aceitação e compreensão exige a fé tanto do hagiógrafo que narra como do leitor que recebe (cfr. DV, 5).

A Bíblia não é um ditado divino, respeita a humanidade dos escritores expressada nas diversas formas de narrar e nas línguas específicas (cfr. DV, 13), mas reconhece a divindade que potencializa a humanidade. E essa fé, que faz o hagiógrafo, por inspiração divina,

⁵² A Constituição pós sinodal do Papa Bento XVI – *Verbum Domini* – relacional inspiração e verdade na mesma linha da PCB de 2014, dizendo: “... os Padres sinodais puseram em evidência como ligado com o tema da inspiração esteja também o tema da *verdade das Escrituras*. Por isso, um aprofundamento da dinâmica da inspiração levará, sem dúvida, também a uma maior compreensão da verdade contida nos livros sagrados” (n. 19).

interpretar os acontecimentos e colocar por escrito com fidelidade e sem erro a verdade que Deus quis revelar para nossa salvação, é a mesma fé que nos faz receber o conteúdo revelado como verdade.

Diante da concepção cientificista da história e da polarização entre narrador (sujeito) e acontecimento (fato) narrado desembocaram no ceticismo bíblico. A Igreja Católica buscou incentivar aqueles que se dedicam à Sagrada Escritura a procurar com respeito, fidelidade, veneração e amor a verdade contida nas sagradas letras; esse será o trabalho dos exegetas católicos. Sem negar a historicidade própria da Bíblia, apurar e aprofundar no sentido bíblico utilizando todos os meios apresentados pelos métodos histórico-críticos.

A EXEGESE E O EXEGETA BÍBLICO CATÓLICO

Em 1964, no auge da problemática sobre a historicidade dos evangelhos, a Pontifícia Comissão Bíblica buscou dar respostas às questões históricas. Reconhece, a princípio, o papel fundamental dos exegetas no caminho do aprofundamento bíblico e propõe uma hermenêutica racional e católica para encontrar a verdade e autoridade dos Evangelhos (de modo específico). Essa exegese católica não negligencia os novos métodos científicos vigentes na modernidade, especialmente os oferecidos pelo método histórico-crítico que ressalta as fontes textuais, define sua natureza e valor e se serve da crítica textual, da crítica literária e do conhecimento das línguas bíblicas para expressar com maior profundidade o sentido bíblico⁵³. Contudo, o exegeta deve ter por motivação básica discernir o sentido do testemunho evangélico na vida religiosa das comunidades cristãs primitivas, no sentido e no valor da tradição apostólica (cfr. PCB, 1964, 1); não se pode estudar o texto bíblico sem considerar a fé dos hagiógrafos que os motivou a escrever a verdade. Assim como não se deve apenas ater-se à crítica literária como se esse fosse o objetivo primordial do exegeta, mas utilizar da crítica para penetrar no sentido pretendido por Deus por meio do hagiógrafo (cfr. PCB, 1964, 3). O exegeta deve investigar qual a intenção do evangelista ao expor uma expressão ou um acontecimento numa forma determinada e num contexto específico. O fato de que os

⁵³ Já Pio XII considerava o papel do exegeta católico na sua encíclica *Divino Afflante Spiritus* (Pio XII, Carta enc. *Divino afflante Spiritu*; Enchiridion Biblicum (EB), 564; AAS. 35 (1943), p. 346.), dizendo que o exegeta deve “prudentemente... buscar quanto à forma da expressão do gênero literário adotado pelo hagiógrafo possa levar à sua reta e genuína interpretação; e deve estar persuadido de que esta parte do seu trabalho não pode ser descuidada sem causar grande prejuízo à exegese católica”.

evangelistas tenham se referido às palavras e atos de Jesus em ordem distinta e expressem as palavras diferentes do literal com certa diversidade, não vai contra a verdade da narração, porque sempre a intenção do hagiógrafo é conservar o sentido expressado pelos fatos, nisso se contempla a contribuição ativa do sujeito na composição do texto; a verdade narrada sempre é conservada, apesar de poder ser expressada de diversos modos e ordens distintas (cfr. PCB, 1964, 2).

Os preconceitos racionalistas na exegese moderna tentam despojar o sobrenatural, negando até mesmo a possibilidade dos milagres e das profecias ou concebendo a fé como algo separado das verdades históricas e até incompatível com ela. Diante da suspeita racionalista científicista, a Igreja é clara em determinar que estes posicionamentos são contrários à doutrina católica e carecem de fundamentos científicos e se apartam dos retos princípios do método histórico.

De fato, alguns fatores deste método, movidos por preconceitos racionalistas, recusam reconhecer a existência da ordem sobrenatural e a intervenção de um Deus pessoal no mundo, realizada mediante a revelação propriamente dita e, deste modo, a possibilidade dos milagres e profecias. Outros partem de uma falsa noção de fé, como se esta não se interessasse das verdades históricas ou fosse a ela incompatível. Outros negam *a priori* o valor e índole histórica dos documentos da Revelação. Outros, finalmente, não apreciando a comunidade primitiva, exageram o poder criador da comunidade. Todas estas coisas não só são contrárias à doutrina católica, mas que também carecem de fundamento científico e se apartam dos retos princípios do método histórico. (PCB, 1964, 1)

Devido ao extravio de um cientificismo exacerbado que negava a objetividade da verdade bíblica nas narrações, houve uma certa aversão aos métodos histórico-críticos entre outros que provinham dessa vertente. Porém, a Igreja soube analisar e aproveitar esses métodos para melhor compreender a Sagrada Escritura, no “espírito com que foi escrita”, designando essa função ao exegeta católico e subjugando ao juízo último da Igreja uma fidedigna interpretação bíblica (cfr. DV, 12)⁵⁴. Além do mais, a Igreja incentiva e “encoraja

⁵⁴ “Mas, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo espírito com que foi escrita, não menos atenção se deve dar, na investigação do reto sentido dos textos sagrados, ao contexto e à unidade de toda a Escritura, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Cabe aos exegetas trabalhar, de harmonia com estas regras, por entender e expor mais profundamente o sentido da Escritura para que, mercê deste estudo de algum modo preparatório, amadureça o juízo da Igreja. Com efeito, tudo quanto diz respeito à interpretação da Escritura, está sujeito ao juízo último da Igreja, que tem o divino mandato e o ministério de guardar e interpretar a palavra de Deus”.

os filhos da Igreja que cultivam as ciências bíblicas para que continuem a realizar com todo o empenho, segundo o sentir da Igreja, a empreita felizmente começada, renovando constantemente as suas forças” (DV, 23)⁵⁵. Este mesmo incentivo já tinha sido proposto na PCB de 1964 – *A verdade histórica dos Evangelhos* – assinada pelo Papa Paulo VI.

A valorização do método histórico-crítico foi melhor pontuada na PCB do ano de 1993 – *A interpretação da Bíblia na Igreja* – em que analisa tanto o lado positivo da contribuição a um aprofundamento bíblico, como também ressalta a grande confusão que pode levar a se perder do real sentido proposto e do objetivo específico da metodologia. Contudo, reconhece que é indispensável para o estudo científico do sentido dos textos antigos. O fato das Sagradas Escrituras serem escritas em linguagem humana e por autores humanos legitima o método histórico-crítico que busca estudar o alcance histórico e os devidos processos de produção em suas mais diversas etapas. Assim, a criticidade própria do método tenta dar objetividade a ponto de se tornar acessível ao leitor moderno o sentido dos textos bíblicos, muitas vezes difícil de perceber (cfr. PCB, 1993, A n. 1). O processo e a aplicação metodológica jamais são finalidades em si mesmos, são apenas ferramentas que contribuem ao estudo bíblico, tanto no sentido sincrônico como anacrônico ressaltando a riqueza e beleza do texto canônico.

A CENTRALIDADE DO TEXTO

O afã por encontrar o passado factual, real, de fato, levou à polarização entre a realidade narrada e o sujeito que narra. A historiografia moderna, por mais que reconheça o papel tanto da realidade objetiva como a importância do autor no processo de redação ainda possui, como pano de fundo, o desejo de encontrar o fato narrado escondido nas narrações históricas. Essa experiência da historiografia moderna se transfere ao estudo da Sagrada Escritura, contribuindo para uma compreensão mais profunda do texto bíblico através do

⁵⁵Este mesmo incentivo já tinha sido proposto no documento da Pontifícia Comissão Bíblica de 1964 – *A verdade histórica dos Evangelhos* – assinada pelo Papa Paulo VI: “O exegeta católico, na exposição da palavra divina e na resolução das dificuldades que se lhe oferecem, não deve nunca desanimar; mas trate com todo empenho de fazer cada vez mais claro o sentido genuíno das Escrituras, confiando nem tanto nas suas forças, senão na ajuda de Deus e na luz da Igreja”.

método histórico-crítico, mas ao mesmo tempo lançando um olhar de suspeita e dúvida sobre a realidade narrada na Bíblia. Assim como a metodologia historiográfica tenta encontrar o fato separando-o do sujeito e depois valorizando-o no seu conjunto, a aplicação metodológica na Sagrada Escritura vem gerando uma certa “escala de história”, determinando alguns relatos como mais históricos e outros como menos históricos, segundo a comprovação histórica possível, interferindo, assim, na aceitação do texto bíblico e denegrindo a veracidade que remete à inspiração do hagiógrafo.

A aversão ao racionalismo cientificista proposto pela historiografia moderna dentro da Sagrada Escritura reforçou o pensamento fideísta fundamentalista. Já que a objetividade do fato não se garante pelos métodos científicos, ao contrário, apenas lança mais suspeitas sobre a verdade narrada; para resguardar a verdade bíblica do fato narrado, se recorre à fé que desemboca no literalismo: se acredita no texto bíblico de forma literal porque a fé garante a verdade histórica do fato. O fundamentalismo bíblico promove uma leitura literalista que constitui uma traição tanto ao sentido literal como espiritual, trazendo interpretações contrárias à fé. O fundamentalismo se recusa a considerar o caráter histórico da revelação bíblica e nega o lado humano dentro das Escrituras; para eles, a Bíblia é um ditado divino sem intermédio humano. A este literalismo fundamentalista *Verbum Domini* responde confirmando a autoria humana das Escrituras Sagradas e seu valor histórico transmitido por meio da Tradição viva da Igreja:

A verdadeira resposta a uma leitura fundamentalista é a leitura crente da Sagrada Escritura, praticada desde a antiguidade na Tradição da Igreja. Tal leitura, procura a verdade salvífica para a vida do indivíduo fiel e para a Igreja. Esta leitura reconhece o valor histórico da tradição bíblica. Precisamente por este valor de testemunho histórico é que ela quer descobrir o significado vivo das Sagradas Escrituras destinadas também à vida do fiel de hoje, sem ignorar, portanto, a mediação humana do texto inspirado e os seus gêneros literários (VD, 44).

A polarização do fato objetivo e do sujeito narrador na narrativa bíblica leva à polarização do racionalismo histórico e do fideísmo fundamentalista. Essa justaposição ressalta também a problemática já abordada pelo Papa João Paulo II sobre a fé e a razão na sua encíclica *Fides et Ratio*. O Papa reconhecia os desafios no horizonte da historiografia bíblica e afirmava que “não se deve subestimar o perigo que existe quando se quer individualizar a verdade da Sagrada Escritura com a aplicação de uma única metodologia, esquecendo a necessidade de uma exegese mais ampla que permita o acesso, em união com toda a Igreja, ao

sentido pleno dos textos” (cit. In. VD, 36). Também incentivava aqueles que estudam a Sagrada Escritura a abordar as diversas metodologias hermenêuticas sem preconceito, com respeito e fé.

A correta relação entre fé e razão deve ser aplicada na hermenêutica bíblica. Com efeito, a hermenêutica secularizada da Sagrada Escritura, partindo de um cientificismo racionalista, fechou-se à “possibilidade de Deus entrar na vida dos homens e falar aos homens com palavras humanas” (VD, 36). É necessário, dentro de um estudo histórico-crítico, “alargar os espaços da própria racionalidade” e não se fechar à revelação que vai além da razão. Deve existir na hermenêutica católica uma verdadeira “harmonia entre a fé e a razão” para não desembocar, de um lado, no fideísmo, e do outro, no racionalismo (cfr. VD, 36).

A preocupação com a questão histórica fez com que, por muito tempo, se esquecesse do texto em si e de seu mais profundo significado dentro do conjunto literário; H. W. Frei faz sua crítica dizendo:

O caráter realista e afim com a história dos relatos bíblicos, admitidos por todos, ao invés de ser examinado em si, nas suas implicações referentes ao significado e à interpretação, foi transferido para a questão bastante diferente de saber se o relato realista é ou não histórico. (1974, p. 16.)

Da mesma forma, Louis Ska critica o esquecimento do texto mostrando a necessidade de ater-se ao texto transmitido, pois é isso que temos nas mãos, todas as teorias e hipóteses decorrentes da questão historicista do esforço por encontrar a verdade factual, nos distrai da verdade textual:

De um lado os racionalistas, [...] procuraram extrair dos textos um “significado” compatível com as exigências do senso crítico. De outro a apologética procurou de todo modo, salvar a verdade dos textos bíblicos afirmando com toda força a correspondência entre o relato bíblico e a realidade histórica. [...] Consequentemente, tanto uns quanto outros abandonaram os relatos bíblicos para extrair destes “verdades” ou “fatos reais”. (apud DORE, 2007, p. 20.)

O método histórico-crítico, valorizado no trabalho exegético, serve como instrumento para uma maior compreensão textual, mas não tem por finalidade recriar o passado, apenas estudá-lo nas suas mais variadas formas literárias e culturais para um melhor e mais profundo entendimento do texto transmitido. Contudo, o olhar racionalista propôs, de um lado, a verificação racional dos fatos narrados, por outro lado, o fideísmo, na tentativa de superar os racionalistas, propunha a aceitação literal do texto bíblico. Ambos esqueceram do texto em si, transmitido e inspirado, cujos autores são, ao mesmo tempo, divino e humano. A volta à centralidade do texto se torna necessária pois ele é verdade e inspirado enquanto texto bíblico, e na Igreja se torna Palavra de Deus na sua forma final e canônica.

CONCLUSÃO

A Bíblia é histórica, mas não à medida de uma historiografia moderna-contemporânea que tenta projetar a realidade como um retrato fotográfico da realidade; é histórica porque tem por base a realidade factual intermediada por um autor inspirado cujo objetivo específico é transmitir a verdade salvífica. A fé do hagiógrafo bíblico interpreta os acontecimentos históricos que coloca por escrito revelando o querer divino. Assim, a história bíblica é “meta-história”, conjuga a fé do sujeito que narra e a realidade que o envolve resultando no texto bíblico como verdade. A fé não garante a literalidade textual, mas garante a verdade querida por Deus dentro do texto que vai além do evento factual; por isso a necessidade de ater-se ao texto bíblico considerando-o na sua totalidade, no seu conjunto canônico e de forma integral, pois é verdade enquanto texto transmitido e inspirado.

A inquietante pergunta, a presunçosa dúvida e ousada curiosidade de tantos intelectuais que, ainda tentam discernir entre se aconteceu ou não o fato relatado, continuam na atualidade. Entretanto, cada vez que se adentram nesta dúvida crítica, mais desacreditam da Sagrada Escritura; o ceticismo bíblico, que outrora no racionalismo era ponto inicial para um conhecimento, agora desemboca no ateísmo, na descrença e suspeita de tudo que foi revelado. Jamais saberemos fotograficamente como foi que aconteceram os relatos bíblicos. Deve existir um sã equilíbrio entre a razão que busca compreender o texto bíblico com profundidade e até por meios científicos, como o método histórico-crítico, e a fé que recebe o texto de forma integral como verdade revelada na sua totalidade.

Quanto às absolutas perguntas sobre o que é real e o que é inventado na Bíblia se devem silenciar, a insuficiência dos métodos histórico-críticos já demonstra a impossibilidade de um retrato do passado; o fideísmo fundamentalista que propõe a literalidade textual denigre a revelação e a torna um ditado divino. A ousadia de remontar ao passado só leva à frustração intelectual pois se só se acredita no que se comprova, pouco ou nada nesta vida será verdade. Não temos acesso ao passado como a um filme, o que possuímos é o texto transmitido dentro de uma tradição específica, comunicado com reverência, pregado com fé. A responsabilidade, cuidado e amor à Sagrada Escritura transmitida através dos séculos nos dá prova de sua veracidade histórica, mas vai além da história factual, nos revela a verdade de Deus e a verdade sobre o homem. A historicidade bíblica não tem a intenção de retratar o passado, mas mostrar o passado retratado no texto bíblico escrito por um hagiógrafo inspirado, cuja fé em Deus foi a chave decodificadora dos acontecimentos históricos do povo de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Colin: Paris, 1949.
- COSTA, França. *Jesus Cristo, o único Salvador*. São Paulo: Cultor de livros, 2019.
- DALLA VECCHIA, Flávio. *Livros históricos*. Introdução aos estudos bíblicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FREI, H. W. *The Eclipse of Biblical Narrative*. Londres: Yale University Press, 1974.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, Martha [et. al] (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MARGUERAT, D. & BOURQUIN, Y. *Per leggere i racconti biblici – La Bibbia si racconta*. Iniziazione all'analisi narrativa. Roma: Borla, 2011.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- RÜSEN, Jörn. “Narratividade e objetividade nas ciências históricas”. In: *Revista Textos de História*, Brasília, v. 4, nº 1, 1996.
- _____. *Razão histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- SAYÉS, José Antonio. *Señor e Cristo*. Curso de cristología. Madrid: Palabra, 2005.
- SKA, J.-L. “L'histoire d'Israël de Martin Noth à nos jours. Problèmes de méthode”. In: DORE, D. (org.). *Comment la Bible a-t-elle écrit l'histoire? – XXI congrès de l'Association catholique française pour l'étude de la Bible (Is-sy-les-Moulineaux, 2005)*. Paris: Cerf, 2007.
- Documentos Magisteriais:*
- Bento XVI, Papa. *Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- Constituição Dogmática sobre a Revelação divina. *Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- Pontifícia Comissão Bíblica. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- _____. *Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- _____. *O povo judaico e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2001.
- _____. *A verdade histórica dos Evangelhos*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19640421_verita-vangeli_sp.html Acessado em 08/04/2023.